

**PARECER Nº.            /2010**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 2/2010**

**AUTOR: PREFEITO ANTERIO MÂNICA**

**RELATOR: VEREADOR THIAGO MARTINS**

*Relatório*

O Projeto de Lei Complementar nº 02/2010 é de iniciativa do Sr. Prefeito Municipal e busca, através dele, instituir “ o Sistema Tributário do Município de Unaí; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 34, de 23 de junho de 1999, que 'dispõe sobre a concessão de desconto para pagamento do IPTU -, institui o Programa de Incentivo Fiscal, estabelece prêmios, e dá outras providências.”

A revisão tem como fundamento promover uma reforma substancial, no Código Tributário Municipal, notadamente sobre o Imposto Sobre a Propriedade Predial Territorial e Urbana – IPTU; a Taxa de Serviços Públicos que passará a denominar-se Taxa de Coleta de Lixo – TCL; concessão de descontos e Programa de Incentivo Fiscal.

Privilegia, o presente Projeto de Lei Complementar, conforme Mensagem nº 128, de 16/11/2008, corroborada pelo Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 2/2010 (Mensagem nº 130, de 24 de novembro de 2010, a estrita

legalidade tributária, por estabelecer através de lei a Planta Genérica de Valores Venais de IPTU.

O intuito da Administração foi socializar o IPTU, pois o referido Projeto de Lei Complementar cria benefícios e incentivos de ordem tributária, inclusive mediante a instituição de isenções especiais (idoso e portador de doença grave e de isenções gerais, como a Faixa Social de Isenção sobre o Valor Venal do Imóvel, assim disposta:

a) isenções não gerais:

= imóveis residenciais pertencentes à pessoa idosa (60 anos) e à pessoa portadora de doença grave, irreversível ou em estado terminal. Tal isenção foi baseada na presumível capacidade contributiva/financeira do sujeito passivo isento, sendo fixado como condição para usufruir o benefício, a comprovação de renda mensal individual igual ou inferior a 2 (dois) pisos nacionais de salário (salário mínimo), que correspondem atualmente a R\$ 1.020,00 (um mil e vinte reais). Em atenção, cumpre ressaltar que a isenção em questão incidirá somente sobre um único imóvel do qual o sujeito passivo isento detenha a propriedade, o domínio útil ou a posse a qualquer título.

b) isenções gerais:

b.1) a medida conferirá benefício tributário ao contribuinte (pessoa física) que detenha a propriedade, seja titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de imóvel residencial cujo valor venal do IPTU (terreno e edificação) seja igual ou inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), como forma de socializar o tributo.

b.2) o Projeto de Lei Complementar está promovendo a redução da alíquota do IPTU incidente sobre os terrenos sem construção de 4,5% para 2,4%, **extinguindo-se a progressividade no tempo.**

c) Taxa de Coleta de Lixo: será doravante determinada pela metragem da área construída. Com isso, deixa de prevalecer a unidade de media atual com base no metro cúbico (cálculo que considera o peso ou volume do lixo) e as faixas progressivas .

d) Institui a Nota Fiscal Unaiense que consistirá na concessão de desconto ao contribuinte que apresentar documento fiscal contendo seu respectivo número de CPF ou CNPJ, na forma a ser regulamentada pelo Prefeito Municipal, via Decreto;

e) busca autorização para o Prefeito promover por Decreto, o Cadastro Positivo de Contribuinte, objetivando beneficiar e premiar os contribuintes que pagarem rigorosamente em dia o imposto, mediante concessão de desconto ou outro tipo de benefício ou prêmio.

As modificações introduzidas pelo Projeto de Lei Complementar são assim dispostas:

a) art. 1º: promoveu a adequação da nomenclatura existente na alínea “a” do Inciso II do art. 2º do Código Tributário;

b) art. 2º: dá nova redação ao § 5º do art. 5º do Código Tributário Municipal instituindo que a alíquota incidente sobre imóvel em que houver construção em

andamento ou onde ocorrer demolição para constituição de nova edificação, será de 1,2%, ou seja, 50% da alíquota de terrenos vagos, que é de 2,4%;

c) art. 3º: altera a redação do art. 11 e seu parágrafo único: determina que o valor venal dos imóveis quando for objeto de atualização, será efetuado por meio de lei específica, em prestígio ao princípio da estrita legalidade tributária. Ainda, no parágrafo único estabelece que a atualização monetária será promovida obrigatoriamente e automaticamente em periodicidade anual;

d) art. 4º: promove a inserção no CTM o art. 11-A e respectivos parágrafos 1º, 2º e 3º, que estabelece a Planta Genérica de Valores Venais de IPTU e a confecção do Mapa da planta via decreto do Executivo.

e) art. 5º: acrescenta o art. 11-B ao CTM – Código Tributário Municipal, bem como seu parágrafo único, para regulamentar o valor padrão da edificação por metro quadrado, atendendo ao princípio da estrita legalidade tributária, posto que vinha sendo fixado por decreto;

f) art. 6º: altera a redação do Inc. III do art. 12 do Código Tributário para reduzir de 4,5% para 2,5% a alíquota de IPTU incidentes sobre terrenos em construção, excluindo a progressividade no tempo;

g) art. 7º: acrescenta o art. 12-A e seu parágrafo único ao Código Tributário: disciplina que o imóvel situado em logradouro público dotado de qualquer tipo de pavimentação, que a testada não esteja devidamente vedada (muro, grade ou cerca viva) e passeio cimentado, terá multa de 10% sobre o valor do imposto. No parágrafo único aduz que a multa somente será aplicada após decorridos dois anos do

recebimento, pelo contribuinte, do respectivo benefício da pavimentação;

h) art. 8º: acresce ao art. 17 os parágrafos 3º, 4º e 5º.

i) art. 9º: insere a Seção VIII (Das Isenções) no Capítulo I do Título I do Livro Primeiro da Parte Especial do Código Tributário, notadamente os artigos 22-A, 22-B, 22-C, e 22-D: regulamentam as isenções especiais e geral com disposições comuns regulamentando a matéria.

j) art. 10º: designa título ao Capítulo I do Título II do Livro Primeiro da Parte Especial da Lei Complementar 22/94, que doravante passa a denominar *TAXA DE COLETA DE LIXO*.

l) art. 11: altera redação do caput do art. 104 da LC 22/94;

m) art. 12: altera redação do art. 106 da LC 22/94;

n) art. 13: acrescenta o art. 106-A, mais § 1º e 2º à LC 22/94,: fixando em R\$ 0,80 (oitenta centavos) o valor anual por metro quadrado correspondente à alíquota da Taxa de Coleta de Lixo; os parágrafos 1º e 2º fixam o teto para cobrança da alíquota, que no caso de residencia corresponderá a 250,00m² e no caso da área comercial/industrial/serviços será de 500,00 m²; bem como atualização do valor de R\$ 0,80 (oitenta centavos) pelo índice oficial de atualização monetária.

o) art. 14: o artigo confere nova redação ao art. 110 do Código, acrescentando a ele, por seu turno, um parágrafo único, tao somente para promover a conversão da

unidade fiscal de referencia para a moeda real do valor da multa aplicada no caso de remoção especial do lixo, com a previsão da atualização monetária pertinente.

p) art. 15: acrescenta o Anexo X ao Código Tributário;

q) art. 16: trata da aferição pelo Poder Legislativo dos Decretos editados pelo Prefeito, antes de produzir os efeitos, para verificação da conformação e regularidade com o poder regulamentar do chefe do Poder Executivo.

r) art. 17: trás cláusula de vigência da multa do art. 12-A, que somente terá eficácia após decorridos 2 (dois) anos da vigência desta Lei Complementar.

s) art. 18: trata-se de cláusula de vigência em atenção ao princípio da anualidade tributária;

n) trata-se de cláusula de revogação.

Recebido e publicado em 17 de novembro de 2010, o Projeto sob comento foi distribuído à Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos por força do disposto no artigo 102, I, “a” e “g”, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a fim de obter uma análise dos procedimentos legais e constitucionais da matéria, com a designação deste Relator para proceder o relatório que passa a discorrer.

Em 22 de novembro de 2010, o Projeto de Lei Complementar 02/2010 foi colocado em diligência para melhor instrução do feito, o que de pronto

atendido pelo Autor do Projeto, o que consta das fls.

Em 25 de novembro de 2010, foi encaminhado substitutivo n.1 ao Projeto de Lei Complementar nr. 2/2010, que apenas juntou num só corpo o projeto original e a emenda aditiva.

É o Relatório, passo à fundamentação.

### Fundamentação

A análise desta Comissão Permanente é albergada no dispositivo regimental da alínea “a” e “g”, do Inciso I, do artigo 102 da Resolução nº 195, de 25 de novembro de 1992, conforme abaixo descrito:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:

a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;

g) admissibilidade de proposições.

A matéria é de interesse local, bem como de iniciativa geral, conforme disposto no artigo 61, da Sua Lei Orgânica:

Art. 61. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias de interesse do Município, especialmente:

III – sistema tributário municipal, arrecadação e distribuição de suas rendas;

(...)

XIII – tributos;

XVIII – conceder isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas.

O quórum de votação para a presente Proposição é qualificado de 2/3, conforme preceituado no art. 74, Inciso II, a seguir transcrito:

Art. 74. As deliberações da Câmara atenderão a seguinte maioria, de acordo com a matéria:

(...)

II – votação de dois terços de seus membros para os projetos que tiverem por objeto:

a) conceder isenção fiscal;

(...)

l) instituir ou aumentar tributos.

Estabelecido os aspectos processuais de competência, faço a análise dos aspectos constitucionais e legais pertinentes à matéria.

O projeto é constitucional, legal e regimental, de conformidade exclusiva com a Mensagem nº 128, de 16 de novembro de 2010, bem como do Parecer nº 8/2010 do Poder Executivo Municipal.

Considerando que o impacto do presente Projeto de Lei pode afetar, no caso concreto, a capacidade do contribuinte unaiense, este Relator, na forma do art. 147 do RI, apresenta emenda aditiva no sentido de parcelar o pagamento do IPTU originário do presente Projeto de Lei no prazo de 04 (quatro) anos, conforme Emenda

ao Final exposta.

Com relação ao mérito, o presente deve ser encaminhado, para melhor debate, à Comissão de Finanças , Tributação, Orçamento e Tomadas de Contas. Insta salientar que esta matéria não dispensa a análise de redação final ( fase do artigo 275, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Unai).

Sendo assim, ao ver deste Edil, tal matéria não padece de vício de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade quanto à matéria.

### Conclusão

Ante o exposto, o Projeto de Lei Complementar nº. 2/2010 preenche os requisitos legais e deve ser submetido à votação.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 06 de dezembro de 2010.

**VEREADOR THIAGO MARTINS**

**Relator Designado**

EMENDA Nº 01 AO SUBSTITUTIVO  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2010

*Acrescente-se ao Substitutivo nº 01 do PLC nº 02/2010 emenda que altera a redação do art. 19, renumerando-se os posteriores.*

*“Art. 19. O aumento que resultar da instituição da nova planta de valores venais, será pago, em iguais índices, no prazo de 4 anos.”*

Unai (MG), 06 de dezembro de 2010.

VEREADOR THIAGO MARTINS